

POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS: DISCURSOS DA ELITE DO INTERIOR DO CEARÁ

James Ferreira Moura Junior¹, Antônio Ailton de Sousa Lima²,
Francileuda Farrapo Portela³, Socorro Taynara Araújo Carvalho⁴,
Marina Passos Pereira Campos⁵

Resumo: Discutindo sobre a construção social das elites brasileiras e a manutenção de seus privilégios, bem como suas relações de poder sobre o outro, o presente artigo objetiva analisar os discursos em torno da pobreza e das políticas públicas a partir da elite local de duas cidades do interior do Ceará. Para tanto, realizamos entrevistas semi-estruturadas com donos de imóveis e comércios. Posteriormente, realizamos análise de conteúdo das entrevistas, onde surgiram duas categorias temáticas a serem analisadas, sendo elas: (1) representações sociais da pobreza; e, (2) percepções ambivalentes da elite sobre as políticas públicas. Dito isto, foi possível observarmos que embora as representações apresentadas pelas elites em relação à pobreza sejam diversas, predomina o estigma e a culpabilização, refletindo-se em percepções sobre as políticas públicas. Dessa forma, percebemos que mesmo em contextos interiorizados as elites locais (re)produzem discursos dotados de estigmas e preconceitos de classe onde criminalizam seus modos de vida, bem como as políticas de reparação.

Palavras-chave: elite; pobreza; políticas públicas; Programa Bolsa Família; classe social.

¹ Doutor em Psicologia, Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, James.mourajr@unilab.edu.br

² Doutorando e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, Sociólogo pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), ailtonlimah12@gmail.com

³ Doutoranda e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, cileudaportela@gmail.com

⁴ Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Psicóloga (CRP-11/18903), taynaracarvalhopsi@gmail.com

⁵ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará em cotutela com a Università degli studi Federico II di Napoli, Mestra em Psicologia Comunitária pela Università Alma Mater di Bologna, maripassos14@gmail.com

POVERTY AND PUBLIC POLICIES: DISCOURSES OF THE ELITE IN THE NORTHEASTERN INTERIOR

Abstract: Discussing the social construction of Brazilian elites and the maintenance of their privileges, as well as their power relations over others, this article aims to analyze the discourses around poverty and public policies from the local elite of two cities in the interior of Ceará. To this end, we conducted semi-structured interviews with property and business owners. We then carried out a content analysis of the interviews, which revealed two thematic categories to be analyzed: (1) social representations of poverty; and (2) the elite's ambivalent perceptions of public policies. That said, it was possible to observe that although the representations presented by the elites in relation to poverty are diverse, stigma and blame predominate and are reflected in perceptions of public policies. In this way, we realize that even in internalized contexts, local elites (re)produce discourses endowed with stigmas and class prejudices in which they criminalize their ways of life, as well as reparation policies.

Keywords: elite; poverty; public policies; Bolsa Família Program; social class.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui seu contexto histórico e social configurado por uma lógica assimétrica e desigual (Souza, 2017). Onde, ao pautar as discussões em torno da desigualdade, torna-se inevitável discutir sobre pobreza, seus contextos e as construções acerca das identidades sociais (Moura JR.; Ximenes, 2016). Pontuar a pobreza como questão social é fazer uma relação direta com aqueles que detêm o “poder”, os meios de produção e acesso/consumo de privilégios, a elite brasileira (Schwarcz, 2019). Assim, para compreender as elites, é necessário concebê-las como constituída de relação dicotômica que delinea espaços, funções e determina as privações que um outro terá (Spivak, 2010).

A fim de entender o complexo e desigual cenário brasileiro, dados conforme a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2024), apontam que 27,4% da população brasileira encontra-se em situação de pobreza e 4,4% em extrema pobreza. Para este cálculo, são utilizados parâmetros do Banco Mundial, onde define-se em situação de pobreza aqueles que ganham abaixo de R\$665 por mês, e em extrema pobreza os que ganham cerca de R\$209 por mês. Além disso, as desigualdades no Brasil são evidentes quando analisadas por regiões, onde em 2023, a pobreza atingia 47,2% da população no Nordeste e 38,5% no Norte. Em contraste, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentavam percentuais significativamente menores, com 18,4%, 12,6% e 16,9%, respectivamente (IBGE, 2024).

Definir a elite brasileira, abre espaço para tensionamentos e questionamentos. Áreas do conhecimento como a economia, sociologia, antropologia e dentre outras áreas, já realizam estudos na tentativa de

compreender o comportamento e suas estratégias de manutenção de privilégios que torna-se possível a partir de um grupo em detrimento de outro. O termo elite designa-se a um grupo de indivíduos situados no topo de uma estrutura social (Reis, 2000), seja ela política, intelectual e/ou econômica. Aqui, denominamos ao grupo de pessoas que possui uma alta concentração de renda e privilégios em relação ao restante da população. Essas três formas de elite se interligam, influenciando no processo político (Barnabé, 1999; Gimenes, Ripari; Ribeiro; 2013), social e cultural de uma sociedade.

Desse modo, destaca-se que sentido que atribuímos ao termo elite neste escrito possui um caráter relacional (Spivak, 2010; Mills, 1981), compreendendo a singularidade dos contextos e das formas de opressão. Assim, utilizaremos aqui o termo elites no plural, considerando que estas apresentam-se de formas diferentes a depender do contexto.

De forma dialética, a elite está inteiramente ligada ao fenômeno da pobreza e a usa como possibilidade de manter-se em seus espaços de poder. Em um movimento de contrapartida, concebemos que é necessário haver um entendimento deste fenômeno não mais por meio do oprimido e vulnerável (Sawaia, 1999), mas sim por parte daquele que exerce a opressão e detém privilégios. É questionar o espaço que se cristalizou social e historicamente.

Compreendendo a pobreza a partir de sua multidimensionalidade (Sen, 2010), constituída por fatores socioeconômicos, culturais, políticos e subjetivos em meio a uma sociedade permeada pelo neoliberalismo (Nepomuceno *et al.*, 2016), atesta-se que a pobreza está além das condições econômicas. Assim, esta se caracteriza também pela privação de condições básicas como educação, renda, trabalho, saúde, liberdade política e civil, liberdades de sexo e gênero (Sen, 2010), sendo fundamental considerar as heterogeneidades dos indivíduos em seus contextos sócio-históricos (Lima *et al.*, 2023).

Com isso, esse artigo objetiva entender como a(s) elite(s), a partir de uma perspectiva relacional, percebem as pessoas que estão em situação de pobreza e são beneficiadas por políticas públicas. Dito isto, este escrito encontra-se organizado em três sessões: 1) contextualização teórica e conceitual da elite brasileira e sua relação com o fenômeno da pobreza e seus desdobramentos da manutenção de *status* social; 2) delineamento metodológico, onde recorremos à abordagem qualitativa que, por meio de entrevistas semiestruturadas apreendeu-se percepções da elite local de duas cidades no Nordeste do Brasil; e por fim 3) resultados e discussões, onde realizou-se uma análise de suas percepções e construiu-se duas categorias temáticas de análise, sendo elas: (1) representações sociais da pobreza; e, (2) percepções ambivalentes da elite sobre as políticas públicas.

2 FORMAÇÃO DA ELITE BRASILEIRA

Sendo uma temática complexa, entendemos que se há muito para aprofundar, tanto no que se refere a sua origem no Brasil, quanto na sua constituição e nos efeitos que ela vem forjando ao longo dos tempos. Assim, optamos por falar em elites, seja elas política, econômica, intelectual, jurídica, ou todas em uma miscelânea articulada. Para explicarmos a(s) elite(s) brasileira(s), é preciso fazer isso a partir do ano zero, uma vez que o que se apresenta no presente é, na verdade, o eco desta configuração advinda desde o Brasil colônia, demarcada pelo *modus operandi* europeu/patriarcal/branco/heterossexual/escravocrata (Souza, 2017).

O colonialismo em suas artimanhas forjou no Brasil, bem como em outros países colonizados, concepções de superioridade entre os indivíduos, sejam elas determinadas pela questão religiosa, racial, epistêmica ou de qualquer outro parâmetro que se aproxime de uma lógica eurocêntrica, branca e rica (Grosfoguel, 2016). As formas de poder e manutenção do colonialismo ultrapassam o tempo e o espaço, concretizando a presença de certa elite que busca sustentar conjecturas de uma supremacia do homem branco em detrimento do não-branco, não-europeu (Grosfoguel, 2016; Quijano, 2005).

Entretanto, ao pensarmos sobre essa(s) elite(s) brasileira(s), sua constituição, suas aspirações políticas e seus processos de organização social, nos atentamos para aquilo que viria a ser chamada de “nação brasileira”, configurada a partir do retorno da família real para Lisboa. Esse período configurou-se a partir dos ecos advindos da Europa, implicando no processo de constituição da identidade nacional brasileira no século XIX, e que se faz ouvir, de forma ainda tão retumbante, nos dias de hoje.

Atesta-se que a história da(s) elite(s) brasileira(s) se confunde com a própria invenção do Brasil, isto é, uma elite que precisou ser forjada a partir do cenário de 1822, sob a influência de fazendeiros, comerciantes e pessoas ligadas às práticas de importação e exportação. Grupos que ganhavam tanto economicamente, como em prestígio e poder com a manutenção das estruturas tradicionais da corte, sobretudo no que se refere à manutenção das estruturas escravistas (Costa, 2007). A sustentação da(s) elite(s) no Brasil desde o ano zero, esteve ligada diretamente aos processos de escravidão que foi base para a maneira que a economia, a política e a justiça se desenvolvessem no país (Souza, 2017).

Garcia Neto (2006) assinala que, para entendermos a(s) elite(s), é preciso compreender o que figurava no imaginário dos que ocupavam o império, bem como o cenário político-jurídico que desembocou na formação do Estado brasileiro. Assim, forjou-se um modelo de identidade nacional pautado em hierarquia social, valorização de modos de vida e até de que vidas possíveis a serem exploradas, dominadas ou desprezadas. Ou seja, a ideia de identidade nacional hierarquizou a sociedade brasileira, elegendo quem seria cidadão de

plenos direitos, cidadão com certa parcialidade, e aqueles que permaneceriam à margem. Assim, forjada a partir dos ideais de poucos, a identidade nacional brasileira ao mesmo tempo que legitimava o que seria o Brasil, o faziam a partir de seus interesses particulares e o disseminavam como legítimos no tecido social que não tinha voz ou vez (Garcia Neto, 2006; Schwarcz, 2019). Surge, então, a cultura brasileira das elites.

A elite dita brasileira se constituiu mantendo certo elo com a corte portuguesa, por vezes buscando reproduzir seu modo de vida, mas, sobretudo, mantinha vivo o mesmo espírito português que configurava o legítimo, o verdadeiro, o bom, e quem era legítimo no lugar de poder e de mando (Schwarcz, 2019). Esses eram, em sua maioria, ligados a uma elite intelectual a partir da cultura do bacharelado, principalmente, em direito, formados em Coimbra que, quase, legitimamente, ocupavam os cargos jurídicos, legislativos e executivos (Pase, 2006).

Quando recorremos ao tradicional conceito de elite, este está atrelado à ideia de bens ou da renda que os indivíduos possuem, tanto que, por vezes, a elite figura como sinônimo de riqueza. No entanto, compreendemos como Charles Wright Mills (1981), que elite se vincula, sobretudo, a posições, a lugares estratégicos institucionais que, por sua vez, são portas para o poder, a riqueza e o prestígio. Como propõe Souza (2017), consiste no ato de acessar privilégios. A construção do Estado brasileiro e de sua identidade deu-se a partir das estruturas forjadas que forneceram acesso a lugares sócio-políticos às famílias tradicionais, brancas, que de alguma forma ou eram nobres que haviam permanecido no Brasil, ou partilhavam do convívio da nobreza. Elas traziam marcas legítimas do pensamento hegemônico.

Pensar o conceito de elite, é trabalhar com uma perspectiva não consensual que exige um levantamento da histórica de relações assimétricas, inclusive atentando-se para as condições que permitiram tais configurações. De forma ampla, a palavra elite é utilizada como forma de sintetizar grupos de “dirigentes”, pessoas “influentes”, “abastados” ou “privilegiados”. Assim, o poder da elite refere-se como sendo imposto e precedendo qualquer explicação (Heinz, 2006).

Ao arriscar conceituar elite, esta está arraigada à ideia de superioridade, de privilégios de uma classe frente a outra, de uma força que estrutura a sociedade norteada por concepções autoritárias, excludentes, capitalistas, coloniais, patriarcais e racistas (Souza, 2017). Spivak (2010) discorre que dentro da estratificação social, as elites se configuraram como uma classe dominante, que se estruturaram a partir da construção de processos de subalternização dos sujeitos, construindo relações pautadas na colonialidade do poder (Quijano, 2005). No caso do cenário brasileiro, as elites figuram como idealizadoras, promotoras e sustentadoras dos processos de desigualdade social e pobreza a partir da ratificação e da reprodução da estrutura escravagista colonial.

Considera-se que, falar da(s) elite(s) brasileira(s) é, necessariamente, articular os movimentos colonialistas com a institucionalização dos privilégios brancos socialmente naturalizados. Desse modo, há localização e condicionamento da pobreza de forma estruturada aos negros, o que nos faz identificar uma relação estreita entre a sustentação dos lugares de elite e a manutenção e reinvenção dos lugares de escravidão e racialização da pobreza (Pitombeira *et al.*, 2019). Compreender o que pensam as pessoas que formam a elite brasileira em relação à pobreza, faz-se relevante para entender a situação política, econômica, cultural e educacional do país.

3 ELITE E SUA RELAÇÃO COM A POBREZA

A(s) elite(s) brasileira(s) vêm desempenhando uma performance que se caracteriza em omitir o complexo fenômeno da pobreza e sua relação dialética estabelecida com a mesma. Deste modo, “[...] a elite não se sente responsável pelo problema da pobreza e da desigualdade. Ela transfere claramente a responsabilidade sobre ele ao Estado” (Reis, 2000, p. 148). Como já apontado, a elite é e também constitui a política brasileira, assim reproduzindo uma hierarquização social forjada em uma lógica escravocrata e em valores de moralidade e concepções capitalistas (Souza, 2017).

Há ódio da elite em relação às pessoas em situação de pobreza que, com expressivos vínculos com as relações raciais, voltam-se primeiramente aos negros, aos mestiços e também aos brancos pobres. Por conta disso, há a necessidade da manutenção de privilégios pela classe média, sentindo-se ameaçada diante da ascensão de classes mais baixas. Tal ascensão se dá por meio do âmbito educacional. Ou seja, o conhecimento seria igualmente valorizado como exclusivo a um determinado grupo social, com a concepção de elite intelectual (Pase, 2006).

Deste modo, evidencia-se que a elite tem consciência e percepção da pobreza e da desigualdade como questões que figuram entre os principais problemas nacionais. Porém, não apoiam o regime de políticas públicas e afirmativas que visem a redução de tais assimetrias, e que consequentemente, reduzem seus privilégios enquanto elite (Reis, 2000). Embora reconheça a influência das políticas, mesmo não havendo uma efetivação massiva, a elite tem uma postura dicotômica em relação às mesmas, por um lado ela responsabiliza o Estado que torne tais políticas efetivas. Em outra direção, pressiona o Estado somente para efetivação de políticas de caráter econômico em seu favorecimento (Souza, 2017).

Isso pode estar relacionado, também, à percepção de pobreza que essa(s) elite(s) apresentam, baseada no fator econômico e financeiro, desconsiderando aspectos que não sejam monetárias. Podemos então afirmar, que se trata de uma percepção unidimensional acerca da pobreza, onde aqui consideramos uma avaliação da(s) pobreza(s) a partir de uma referência multidimensional. Assim,

concebemos como situações de pobreza privações na saúde, na educação e na moradia, por exemplo (Azevedo; Burlandy, 2010).

Ao apontar a relação entre o lugar social, privilegiado ou não, que a pessoa ocupa e sua opinião acerca de programas sociais, destaca-se concepções estigmatizadas sobre as pessoas em situação de pobreza, gerando sua culpabilização e esvaziando a responsabilidade do Estado e das próprias elites no combate a esse fenômeno (Moura JR.; Ximenes, 2016). Com base no Programa Bolsa Família (PBF), Castro *et al.* (2009) discorrem que pessoas que não conhecem beneficiários do PBF apresentam uma opinião menos favorável ao programa do que pessoas que conhecem. Essa percepção negativa inclui uma visão dos(as) beneficiários(as) como acomodados(as), concebendo-os(as) como pessoas que não querem mais trabalhar, além de reproduzir a ideia de que terão mais filhos. Igualmente, não consideraram o programa como uma solução para a diminuição da pobreza.

A relação da elite e suas opiniões acerca da pobreza, desigualdade e programas sociais apresentam uma aparente contradição, tendo em vista o reconhecimento da problemática em alguns aspectos, e em outros desconsiderando a necessidade de soluções que tragam maior equidade para o país. A relação com que as pessoas interpretam a realidade e agem perante as problemáticas podem ser compreendidas a partir da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2017). Ou seja, o senso comum elabora e compartilha de forma coletiva interpretações, “teorias” sobre uma realidade.

Dito isto, elementos desenvolvidos e apresentados pela ciência são reinterpretados ao chegarem ao conhecimento do senso comum. É o que o autor denomina de universo reificado e universo consensual. Ainda de acordo com Serge Moscovici (2017), as representações são geradas por meio de dois processos: 1) a ancoragem que é concebida pela classificação/ categorização daquilo percebido enquanto algo estranho comparado a algo já conhecido a algum sistema prévio de paradigmas; e 2) a objetivação, que se caracteriza na maneira de perceber esse mesmo objeto estranho como sendo parte de uma realidade. Diante dos aspectos supracitados concebe-se que o fenômeno da pobreza é complexo, e que as diferentes formas de percepção da(s) elite(s) endossam práticas preconceituosas, e estigmatizantes, bem como a criminalização de seus contextos.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O desenho metodológico designa-se à realidade empírica (Minayo; Sanches, 1993), relacionando-se ao problema de estudo (Slife; Willams, 1995). Dessa maneira, elaborou-se um estudo qualitativo com foco na compreensão contextualizada do discurso das elites locais das duas cidades do interior do Nordeste, que no cenário brasileiro, aparecem na vanguarda do processo de abolição da escravatura. Ambas possuem suas economias voltadas para a

pecuária e agricultura, e compartilham em seus territórios os campi de uma universidade federal, dinamizando os setores de serviços local e fomentando o fortalecimento de uma elite detentora de imóveis e comércios.

Como critérios de participação, identificaram-se pessoas com maior poder aquisitivo nas duas cidades, ou seja, comerciantes de médio e grande porte e de empreendimentos imobiliários para aluguel. Estipulou-se critérios como: ser adulto/a, residir nas cidades em estudo por mais de dez anos, aceitar participar da investigação e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Dessa forma, foram entrevistados 8 participantes sendo eles/as: Participante 1, casado, branco, 61 anos, dono de comércio; Participante 2, casada, branca, 48 anos, dona de comércio; Participante 3, casado, branco, 58 anos, dono de comércio e imóveis; Participante 4, casado, branco, 52 anos, dono de comércio e imóvel; Participante 5, solteira, branca, 56 anos, dona de comércio; Participante 6, casada, branca, 47 anos, dona de comércio; Participante 7, casada, branca, 64 anos, dona de imóveis; Participante 8, solteira, branca, 27 anos, dona de comércio.

Realizamos entrevistas semi-estruturadas com objetivo de fornecer a fluidez à fala do/a entrevistado/a por meio da evocação de perguntas abertas que captem os sentimentos, crenças e valores dos temas investigados (Alves; Silva, 1992). Assim, a entrevista foi baseada no respeito, na empatia e na horizontalidade com cada participante (Boni; Quaresma, 2005). Essa técnica volta-se para a construção de questionamentos com foco no objetivo da pesquisa com perguntas de caráter aberto (Duarte, 2004).

Destaca-se que foram mapeados os/as principais comerciantes e donos/as de empreendimentos imobiliários das cidades, assim realizando um primeiro contato. Salienta-se que o título e o objetivo geral da pesquisa foram ocultados, pois poderiam afetar a disposição das pessoas entrevistadas. Utilizou-se, para isso, o procedimento de *debriefing* (Koller, 2008), constatado nas resoluções de pesquisa com seres humanos no Brasil. E para aumentar o número de possíveis participantes, usou-se o procedimento bola de neve (*snow ball*) (Flick, 2009). As entrevistas foram gravadas a partir de um roteiro de perguntas semi-estruturada, que continha questões acerca da percepção dos/as participantes sobre as periferias das cidades onde ocorreram as entrevistas, opiniões sobre pobreza e políticas públicas. O material foi transscrito e analisado. Pontuamos que o estudo cumpriu as normativas éticas de pesquisa com seres humanos, sendo aprovada no Comitê de Pesquisa de uma Instituição Pública de Ensino Superior com o parecer de número: 2.603.450.

Recorreu-se a Análise de Conteúdo que tem como finalidade a interpretação baseada em inferência a partir de indicadores qualitativos e quantitativos (Bardin, 2011). Foram definidas categorias dedutivas, e ao longo do processo de análise das transcrições, categorias indutivas foram desenvolvidas. Na fase de codificação, foi utilizada como recorte a perspectiva

temática vinculada às categorias analíticas. Na agregação, as categorias foram relacionadas entre si ou em macro categorias. Para tanto, foi utilizado o software de análise *Atlas.ti*.

5 RESULTADO E DISCUSSÕES

A partir da análise dos dados, emergiram duas categorias centrais, a primeira categoria, constitui-se em torno das *representações sociais da pobreza*, onde se evidenciam percepções marcadas por uma compreensão individualizante da pobreza, na qual os sujeitos são responsabilizados por sua própria situação de vulnerabilidade. As falas revelam uma visão moralizante sobre as pessoas em situação de pobreza, frequentemente associadas à preguiça. Esse viés sustenta-se na lógica da meritocracia, desconsiderando os atravessamentos históricos e estruturais que condicionam o acesso a direitos.

Já a segunda categoria, corresponde às *percepções ambivalentes da elite sobre as políticas públicas* revelam contradições: por um lado reconhecem a pobreza como um problema real e apontam a necessidade de intervenção do estado, por outro manifestam críticas a programas como o Bolsa Família sendo enxergada como promotora de acomodação e desvalorização de processos de trabalho. Apesar da economia local se favorecer dos recursos desses programas, há um processo de estigmatização com os beneficiados. A seguir realizamos uma discussão sobre as duas categorias.

5.1 Representações Sociais da Pobreza

Compreendendo a pobreza como um fenômeno complexo e que se constitui no cotidiano de inúmeros/as brasileiros/as, esse estudo ocorre com participantes que compõem as elites locais do interior do Nordeste. Segundo Nepomuceno *et al.* (2016), os contextos rurais tendem a viver de forma mais intensa as privações ocasionadas pela pobreza e pela falta de efetivação de políticas de enfrentamento.

Assim, ao interrogarmos os/as participantes desta pesquisa sobre as principais questões sociais que atravessavam seus contextos, obtivemos respostas que conferiam à pobreza um traço de caracterização do contexto local. Ao indagarmos sobre como era viver neste espaço, o/a Participante 2 responde: “É, a classe pobre aqui em [nome da cidade] é a maioria, né? São pessoas que não tem emprego. Eu acho que isso é triste! Mas é a realidade que nós não temos trabalho pra todo mundo” [sic]. Participante 4 relata, “[...] para a gente que já tem seu meio de vida se torna mais fácil, mas para as pessoas que tá iniciando fica difícil! Porque não tem empresas, não tem emprego, né? E aí os jovens ficam muito ansioso por não ter emprego” [sic].

A compreensão das assimetrias evidencia a falta de maiores oportunidades geradas pelos governos municipais, deste modo se agravando os números que conferem a pobreza. Observa-se que há uma identificação da

pobreza como somente renda a partir do trabalho e do emprego, sendo uma visão limitada de pobreza (Accorssi; Scarparo, 2019).

Este estudo ocorreu em duas cidades interiorizadas que passaram a ser cidades universitárias, assim, desencadeando um crescimento populacional e influenciando o mercado comercial e imobiliário local e, consequentemente, precarizando as possibilidades de vida da população pobre. Com isso, o reconhecimento e a identificação desta população por meio de signos e significados traduz-se em práticas estigmatizantes contribuindo para a criminalização da pobreza e a construção social ideológica do pobre como delinquente (Moura JR.; Ximenes, 2016). Os pobres são os excluídos e os mais temidos, os mais acusados e os mais oprimidos pelo sistema (Silva, 2016), resultando em processos de culpabilização e responsabilização por estarem em situação de pobreza. Participante 2 discorre: “Hoje as pessoas não querem mais trabalhar de jeito nenhum. Então, eu acho que as pessoas têm que buscar, tem que procurar. Tem que trabalhar, batalhar, independente do trabalho que seja. Eu vejo assim”. [sic]

A fala da Participante 2 ilustra bem o paradoxo presente nas Representações Sociais (Moscovici, 2017), ao mesmo tempo que ela aponta que não tem trabalho para todos, sinaliza que as pessoas não querem trabalhar. Aparentemente, a participante tenta interpretar o mundo a partir de uma ideologia de base liberal e meritocrática (Souza, 2017), apontando que embora não tenha vaga para todos, quem mais se esforça irá conseguir.

Em consonância a uma identidade de acomodado, onde o sujeito é o único responsável por sua situação, está a ideia de uma meritocracia. A meritocracia pode ser definida como um princípio de justiça ideal. Dessa forma, a mobilidade social seria alcançada a partir somente das habilidades individuais, desconsiderando fatores como raça, gênero e orientação sexual, por exemplo (Son Hing *et al.*, 2011; Mccoy; Maior, 2007). Assim, tal entendimento é apreendido através da narrativa da Participante 2 como fazendo parte da realidade: “Eu acho que é muita... pouca vontade de ir à luta, porque eu nasci em um berço pobre, meu pai aliás. Eu não sou rica, mas meu pai teve 9 filhos. O menor tinha 7 anos, e nós todos já íamos trabalhar no roçado.” [sic]

A não compreensão das relações desencadeadas entre elite e pobreza gera um modelo de isenção em torno da elite, seja ela em macro ou micro esfera (Reis, 2000). Ao isentar a elite de qualquer questionamento e/ou responsabilidade, em decorrência, dá-se a culpabilização da população pobre. Assim, faz-se necessário pontuar os aspectos subjetivos que circundam pessoas que estão constantemente em situação de múltiplas privações e, mesmo assim, são as únicas responsabilizadas por sua situação (Accorssi; Scarparo, 2019). É o que evidenciamos na narrativa da Participante 6:

Tem gente que se acomoda mesmo. Não procura fazer nada mesmo, por que sabe quantas consultoras eu tenho? Uma liderança de 230. E

eu vejo que elas procuram oportunidades de ganhar alguma coisa, entende? Por que não? - "Ah, não tenho tempo. Não dá. As pessoas não vão me pagar". Tem pessoas que pensam isso. E é porque se acomodam mesmo. Acho que fica naquela coisa, naquela coisa do só acham pobreza. Não dá um passo à frente. [sic]

Moura Jr. e Ximenes (2016) remontam que tais aspectos subjetivos são concebidos pela histórica relação da pobreza associada ao papel social de conformado, vagabundo e de culpado pela sua situação e por mazelas sociais. As seguintes narrativas reforçam a identidade estigmatizada construída a pessoas em situação de pobreza:

É por falta, às vezes, alguns a oportunidade, outros, preguiça mesmo. Porque as pessoas às vezes chegam assim: 'ah, me dê uma esmola'. Se eu dizer assim: <eu tenho um quintal ali pra limpar>. Ele quer? Eles preferem o mais fácil, porque existe dois caminhos, a estrada larga e a estreita. As pessoas sempre procuram a larga... a estreita é mais difícil. Então, você vai pra larga, é mais fácil (Participante 5). [sic]

Nesse sentido, a pobreza é entendida e encarada pela sociedade no que Siqueira (2014) trata como “dis-função”, onde há processos de auto responsabilização e culpabilização do sujeito por sua situação de privação. Para o capitalismo, em uma relação dialética, não os consideram úteis em uma lógica de acumulação, mas funcionam como engrenagem dentro de um sistema de precarização.

Observa-se, assim, que há a construção de discursos explicativos sobre as condições de vida que não levam em conta os privilégios, omitindo determinadas informações de forma acrítica como estratégia de manutenção de um discurso social meritocrático (Cardoso, 2017). Dessa forma, Moura Jr. e Ximenes (2016, p. 79) mencionam sobre “[...] a necessidade de analisar de forma mais atenta esse processo de constituição identitária, tensionando a esses mecanismos sociais e marginalizantes desses papéis sociais relacionados ao indivíduo em situação de pobreza”. Convém ressaltar que o estigma da pobreza perpassa contextos e territórios onde essas pessoas vivem e produzem seus modos de vida. Com isso, captamos algumas percepções da elite local a respeito de comunidades que vivenciam com expressividade situações de vulnerabilidade social. Participante 5 e Participante 1 mencionam sobre seus entendimentos da rotina comunitária dos bairros citados:

A gente só sabe que lá tem tiroteio, tem droga. Mas se disser assim: ‘tu já foi lá?’ Fui uma vez. Minha tia tinha um comércio. Fui entregar umas coisas lá junto com minha prima. Mas sabe? Eu nunca tenho contato assim. Conheço algumas pessoas que moram lá, que foram

até minhas alunas, porque já fui professora aqui na escola do Estado (Participante 5). [sic]

As pessoas fazem umas casinhas bem pobrezinha de taipa em comunidade... vai ver se você entra lá no [nome da comunidade]. É difícil entrar lá, Essa criminalidade, estamos vendo essas coisas aí também. Isso nós não damos conta não! É a nível nacional, a segurança pública a nível nacional, num é mesmo? Vão votar esse ano? Vamos ver se a gente vota esse ano em um governo mais certo pra ver se faz alguma coisa [...] (Participante 1). [sic]

Visto como lugares perigosos, se produz um ideário de que estes bairros que estão em situação de vulnerabilidade e/ou extrema vulnerabilidade, são espaços de criminalidade e de violência, pois o sentimento de medo está relacionado a necessidade de responsabilização dessa situação na população historicamente marginalizada (Lavor Filho *et al.*, 2018). Silva (2016) nos convida a refletir problemáticas como corrupção, desigualdade e desemprego que, reforçam estigma e criminalizam a pobreza. Levam em consideração a relação de poder e dominação, que desresponsabilizam o Estado do caos sistêmico e culpabilizam o indivíduo. A autora complementa:

“[...] a dominação de classe e a criminalização da pobreza subjuga os pobres, negros, pessoas com baixa escolaridade e empregos precários, com práticas e políticas de repressão e controle social seletivo, adicionando efeitos ainda mais negativos a já tão restrita existência dos marginalizados” (Silva, 2016, p. 221).

Destacamos a relação entre grupos, onde os interesses daqueles que detêm poder político e econômico associam a pobreza à criminalidade, assim buscando impor regras de controle social (Wacquant, 2001). Tais imposições e estigmas são projetados em todos os membros da família, principalmente em crianças e jovens. A jovem comerciante Participante 8 relata:

Um trabalho também com as famílias, porque às vezes a criança também busca certas coisas como fuga das dificuldades. A mídia hoje faz uma propaganda muito forte do “ter”, da felicidade tá ligada a bens. Então, é aquela coisa, “eu não tenho, por quê?” Ái, às vezes, vem a revolta. E surge a oportunidade da criminalidade pra poder ter alguma coisa e, como ele não tem base familiar, isso gera um constrangimento, um envolvimento muito maior. [sic]

A família que está em situação de pobreza é atravessada por uma noção de “desestruturada” resultando em discursos de “[...] responsabilização e/ou culpabilização da dissolução da família pela situação de degradação social” (Romanini; Detoni, 2014, p. 218). Deste modo, a criança e/ou jovem

tendem a sofrer com o estigma de “delinquente” e a vivenciar processos de criminalização, pontua-se que “[...] sua incriminação não decorre apenas do cometimento de um crime, mas ao pertencimento de certa classe social” (Silva, 2016, p. 223).

Dito isto, é notório o quanto a elite tem representações sociais sobre a pobreza associados a um lugar estigmatizado, o que acaba dando origem a estereótipos, que consistem em generalizações baseadas em julgamentos subjetivos atribuídos a determinados grupos, que são posicionados como inferiores e/ou incapazes (Montagner *et al.*, 2010). Essas representações apontam para a pobreza, de uma forma individualizante, desconsiderando fatores estruturais da nossa sociedade. Nesse sentido, formam-se papéis sociais associados às pessoas em situação de pobreza – como o de preguiçoso, perigoso, resignado, culpado ou até mesmo como fonte dos problemas sociais, especialmente quando não estão inseridos no mercado de trabalho formal, predominando a ideia de que não trabalham porque preferem “viver de benefícios”, ignorando as barreiras de acesso ao emprego digno e à renda (Moura Jr., 2012).

5.2 Percepções Ambivalentes da elite sobre as Políticas Públicas

Diante do fenômeno da pobreza e da sua estigmatização, encontram-se algumas formas e estratégias de enfrentamento para tal situação, seja ela efetuada pelas próprias pessoas em situação de pobreza ou por agentes externos. Pontua-se que não se deve responsabilizar de forma única e/ou exclusiva o sujeito pela mudança de situação de sua vida, mas sim, que é necessário reconhecer a importância e o dever das políticas públicas no combate à pobreza (Barnabé, 1999). Com o entendimento das potencialidades das políticas públicas e sobre seus efeitos na vida de seus beneficiários, buscou-se saber o que a elite local concebia a respeito das ações que atuam como forma de enfrentamento à pobreza. Evidencia-se narrativas dicotômicas, onde por uma vertente encontra-se o entendimento que o Estado é responsável por garantir condições de vida digna aos cidadãos, bem como fomentar políticas de enfrentamento. Participante 3 relata:

Rapaz, são pessoas que passam muita dificuldades, né? Só em você ser pobre você já está dizendo tudo, né? A palavra diz tudo. Aí depende muito do poder público, né? Porque você sabe que o cara pobre não tem como ter saúde, não tem como ter educação. Se não for o poder público, dificilmente ele chega, né? São exceções. [sic]

Na narrativa acima podemos perceber que a compreensão da pobreza não está associada somente à privação monetária, mas sim a partir de uma perspectiva multidimensional. Azevedo e Burlandy (2010) discorrem que a pobreza é condicionada “[...] por diversos determinantes para além dos

exclusivamente econômicos, é considerar que serviços desmercantilizados como escola, creche, esgoto sanitário, água encanada, saúde são dimensões intrínsecas e primordiais de uma política de combate à pobreza" (p. 206). Assim, denuncia-se o reconhecimento e a necessidade de políticas que possam garantir condições básicas possíveis de vida a pessoas em vulnerabilidade social. Participante 4 relata: Como eu falei, justamente isso aí, são esquecidas pelo poder público, né? Não tem saúde que preste, né? Não tem um benefício. O único que tem mesmo é, esse Bolsa Escola, esse vale gás, né? E até isso o governo tá falando em cortar, né? [sic]

Sendo a pobreza um fenômeno global, pontuamos a importância das políticas públicas em combate da pobreza, bem como as complexas dificuldades encontradas. Azevedo e Burlandy (2010) discorrem que formular tais políticas é um dos principais desafios que se acentua na contemporaneidade, pois a ideia de pobreza está para além da baixa renda, e que se deve incluir indicadores em torno da educação, saúde, nutrição e outras áreas do desenvolvimento humano. Assim, as políticas de enfrentamento da pobreza visam corrigir injustiças passadas de desigualdades de recursos e capacidades, aproximando-se do ideal de universalização.

Tendo a compreensão do contexto de pobreza em sua cidade, Participante 7 relata sobre a importâncias das políticas públicas:

Eu acho que deveria existir mais políticas públicas, sabe por que? A pessoa que não tem nada, como é que pode começar a fazer alguma coisa na vida pra ganhar dinheiro? Porque sem nenhum tustão, você num faz nada não. Nem que num seja milhões, mas que seja uma coisa que ele bote na casa dele, né? Pra começar vai botando umas coisinha. Ai vai tendo saída, tendo movimento sendo uma pessoa que queira mesmo vencer, né? Vai aumentando que daqui a pouco tá lá (Participante 7). [sic]

Em contrapartida, encontramos posicionamentos e entendimentos contrários a tais políticas públicas, principalmente, no que diz respeito a políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF). Azevedo e Burlandy (2010) relatam que o programa surgiu em 2003, a partir do governo Lula, que culminou na unificação de programas de transferência de renda federais, visando a expansão nacional com finalidade de alcançar todas as famílias abaixo da linha de pobreza. Participante 6 afirma o seguinte:

Nesse bolsa família, é que se acomodam mesmo. Tem gente que ganha o bolsa família se acomoda e pronto. Não faz mais nada! Mas ajuda sim, eu vejo assim tem aquelas pessoas que precisam mesmo, né? E tem outras que tem até outros empregos e ainda tem bolsa família, né? [sic]

O estigma de acomodado circunda a/o beneficiária/o do PBF a partir do papel social de conformado e culpado pela sua situação que se baseia no reconhecimento estigmatizado da identidade social de pobre (Moura Jr.; Ximenes, 2016).

Participante 2 imbuída de uma perspectiva neoliberal sobre as práticas de políticas de assistência, discorre: “Eu acho errado, erradíssimo isso aí. Ninguém deve dar nada a ninguém. A gente deve dar é trabalho pra pessoas ir trabalhar e vê o valor do dinheiro que ganha. Enquanto você tiver dando, as pessoas não vão valorizar” [sic]. Há o fortalecimento da visão meritocrática, culpabilizando as pessoas em situação de pobreza por sua condição. Esta é uma estratégia comum entre as elites, não se responsabilizando pela realidade social e esvaziando o dever do estado no desenvolvimento de políticas públicas (Souza, 2017). As políticas públicas que atuam na transferência de renda têm como função formular novas “[...] estratégias de proteção social emergem combinando redes de segurança, transferência de renda e focalização nos pobres para que sirvam de auxílio nos períodos de crise e de ‘trampolim’ para a superação da situação de pobreza” (Azevedo; Burlandy, 2010, p. 204). Porém o PBF é entendido de outra forma para aqueles/as que detêm de privilégios. É o caso da Participante 5:

O bolsa família é uma graça. Eu acho isso uma falta do que fazer. Se você tá podendo dá tanto, porque você não arranja uma coisa para a pessoa trabalhar e não correr atrás sem fazer nada? Porque o que estimula cria uma coisa que não tá fazendo nada, tá ganhando de graça. Então, estimula a ir pelo caminho mais largo. [sic]

O PBF, para além de uma política de enfrentamento à pobreza, é entendido como uma ação do governo que alimenta ideais de pessoas preguiçosas e acomodadas.

É... Alguns sabem aproveitar e vê isso como uma oportunidade de se manter, outros eu acho que já usa isso como extravagância. Entendeu? Mas como em todo lugar como as cabeças não são iguais, ninguém pensa igual, ninguém tem os mesmos propósitos, né? [sic]

Como já descrito, trata-se de cidades interiorizadas onde os/as participantes relatam sobre as limitadas possibilidades de trabalho e de vida para os jovens. Então, a economia das cidades é movimentada pelos beneficiários de aposentadorias, bolsa família e aqueles que possuem empregos formais. Embora haja o reconhecimento da procedência do dinheiro que movimenta a economia local, o estigma em torno das pessoas pobres permanece, onde elas são tidas como acomodadas. Participante 8 discorre:

O bolsa família pra mim como empresária é ótimo! Mas ao mesmo tempo o bolsa família ele acaba sendo um peixe, onde muita gente

não quer mais pescar. É tudo muito fácil. As pessoas se confiam naquilo. Aí já não querem mais se profissionalizar, não querem mais estudar, você tá me entendendo? Vira uma certa acomodação. [sic]

Observa-se que, mesmo as elites usufruindo das políticas de estado, há reprodução dos estigmas vinculados aos mais pobres. Isso ocorre, porque historicamente houve um processo de apropriação dos benefícios do Estado pelos detentores de poder, servindo para manutenção das desigualdades em prol daqueles que se encontram no topo (Schwarcz, 2019). Apesar disso, estudos apontam que o PBF tem contribuído para a redução da pobreza, em particular da pobreza extrema, bem como para a redução das desigualdades. “Logo, reduzir a pobreza também pode ser entendido como reduzir não apenas a quantidade de pobres, mas também a intensidade e a desigualdade da pobreza” (IPEA, 2019, p, 21). Cruz e Pessali (2011) sinalizam que embora a eficácia da transferência de renda permita uma “liberdade de decisão” dos beneficiários, o programa está relacionado a exigências, ou seja, condicionalidades no âmbito da educação e saúde como requisitos para a vinculação e permanência do benefício.

Diante das percepções da elite entrevistada, foi possível observar que a representação social que esse grupo apresenta acerca da(s) pobreza(s) e das políticas públicas não é homogênea. Desse modo, observam-se falas tanto que abrangem uma perspectiva mais restrita da pobreza, quanto outras que se ampliam e se aproximam de uma perspectiva multidimensional. O mesmo observamos em relação às representações sobre as políticas públicas, ideologias ampliadas que divergem. Ademais, apesar dessa heterogeneidade, há a presença de fortes processos de estigmatização das pessoas em situação de pobreza e das políticas públicas voltadas para essa população, demonstrando as raízes históricas e coloniais das elites brasileiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concebe-se que os discursos realizados a partir da(s) elite(s) denunciam percepções estigmatizantes e preconceituosas a respeito de pessoas em situação de pobreza, seus contextos de sociabilidade e sua produção de subjetividades. Assim, é de suma importância compreender que esta elite direciona os rumos e as possibilidades de vida de pessoas atravessadas pela pobreza. Por meio de privilégios e de poder, as elites fomentam políticas, economia, educação que possam garantir a manutenção de suas regalias. Com isso, a partir dos resultados e das impressões apreendidas nas entrevistas, concebe-se que essas percepções são desencadeadas a partir de narrativas de meritocracia, substanciada de um autoritarismo histórico colonial/moderno. Sendo estes privilégios herdados de geração a geração, assim limitando essa elite para o entendimento e compreensão de pessoas em privação de direitos, bem como a responsabilização do Estado por meio de políticas públicas.

Por fim, entendemos que este estudo ainda carrega consigo algumas limitações no que diz respeito a maiores entendimentos e discussões sobre a categoria elite, sua construção e as problemáticas que são desencadeadas por meio dela. Nessa perspectiva, pretende-se avançar e aprofundar-se nas discussões e questionamentos em torno da(s) elites(s) brasileira(s), sendo estas discussões em torno de micro ou macro dimensões de seus privilégios e espaços de poder/opressão.

REFERÊNCIAS

- ACCORSI, Aline; SCARPARO, Helena. Social Representations of Poverty. In: XIMENES, Verônica. MOURA JR. James., CIDADE, Elívia Camurça; NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa. (eds). **Psychosocial Implications of Poverty**. Fortaleza: Cham Springer, 2019, p. 16-35.
- AZEVEDO, Darana Carvalho de; BURLANDY, Luciene. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 201-209, dez. 2010.
- ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena GF. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, p. 61-69, jul. 1992.
- BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, classe social e poder local. **Revista Estudos de Sociologia**, v. 4, n. 7, p. 1-16, mai. 1999.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 3, jan/ jul. 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: MÜLLER, Tânia MP; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris. 2017. p. 33-52.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de *et al.* Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião pública**, v. 15, n.1, p. 333-355, nov. 2009.
- COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.
- CRUZ, Marcio José Vargas da; PESSALI, Huáscar Fialho. Dar o peixe e ensinar a pescar: racionalidade limitada e políticas de combate a pobreza. **Economia e Sociedade**, v. 20, n.1 p. 141-166, abr. 2011.
- DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, v. 24, n.1 p. 213-225, out. 2004.

LIMA, Antonio Ailton de Sousa *et al.* Pobreza, Raça e suas intersecções: uma revisão sistemática de literatura (2015-2021). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 4, p. 226-253, abr. 2023.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookmann editora, 2009.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan/abr. 2016.

GIMENES, Éder Rodrigo; RIPARI, Angélica; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Desigualdade, pobreza e ações do Estado: a visão de elites políticas não-estatais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 292-317, mar. 2013.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio: síntese de indicadores 2015**. 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Brasilia: IPEA, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 26 jan. 2025.

KOLLER, Sílvia Helena. Ethics in research with human beings: some issues about Psychology. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n.2 p. 399-406, abr. 2008.

LAVOR FILHO, Tadeu Lucas de *et al.* Análises interseccionais a partir da raça e da classe: medo do crime e autoritarismo no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n.2. p. 223-237, jan/dez. 2018.

MCCOY, Shannon K.; MAIOR, Brenda. Priming meritocracia e a justificação psicológica da desigualdade. **Revista de psicologia social experimental**. v. 43, n. 3, p. 341-351, mai. 2007.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cadernos de saúde pública**, v. 9, n.3, p. 237-248, jul/set. 1993.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes 2017.

MONTAGNER, P. et al. **Diversidade e capacitação em escolas de governo: mesa-redonda de pesquisa-ação**. Brasília: ENAP, 2010.

MOURA JR., James Ferreira; XIMENES, Verônica Morais. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 76-83, abr. 2016.

MOURA JR., J. F. **Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa et al. Mental health, well-being, and poverty: A study in urban and rural communities in Northeastern Brazil. **Journal of prevention & intervention in the community**, v. 44, n. 1, p. 63-75, jan. 2016.

NETO, Paulo Macedo Garcia. As elites políticas oitocentistas e a formação do Estado nacional brasileiro. **Métis: história & cultura**, v. 5, n. 10, p. 139-158, mai. 2006.

PASE, Hemerson Luiz. A Formação da Elite na Primeira República. **Barbarói**, v. 25, n.2 p. 101- 113, jun. 2006.

PITOMBEIRA, Delane Felinto et al. Reflexões Decoloniais sobre as relações entre Pobreza e Racismo no Contexto Brasileiro. **Capoeira –Revista de Humanidades e Letras**.v. 5 n. 2, p. 197-215, jun. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD]. **Relatório do Desenvolvimento Humano** 2019. 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso. 2005. p. 117-142.

REIS, Elisa. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, n.42, 143-152, fev. 2000.

ROMANINI, Moises; DETONI, Priscila Pavan. A culpabilização como efeito do modo indivíduo de subjetivação nas políticas sociais/Guilt as the effect of the individual mode of subjectivity in the social policies. **Revista Polis e Psique**, v. 4, n. 2, p. 206-229, nov. 2014.

SAWAIA, Bader Burihan. Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.) **As artimanhas da exclusão: Análise psicosocial e ética da desigualdade social**. Cidade: Editora Vozes, 1999. p. 97-118.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Brisa Arnoud. Criminalização da pobreza e a pobreza da criminalização: a abordagem da justiça restaurativa para a complexidade do conflito. **Revista Publicum**, v. 2, n. 2, p. 205-253, dez. 2016.

SIQUEIRA, Luana. A pobreza como "disfunção social": a culpabilização e a criminalização do indivíduo. **Argumentum**, v. 6, n. 1, p. 240-252, jan./jun. 2014.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. São Paulo: Leya, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SLIFE, B. D.; WILLIAMS, R. N. **O Que Existe Por Trás da Pesquisa**. Sage: Londres, 1995.

SON HING, Leanne S. *et al.* The merit of meritocracy. **Journal of personality and social psychology**, v. 101, n. 3, p. 433-450, set. 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2010.

WACQUANT, Loïc JD. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001.